



NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3728 — BISSAU

TERMINOU A VISITA DE AGOSTINHO NETO A CABO VERDE

REUNIÃO MINISTERIAL DA C. O. N. C. P. REALIZA-SE EM LUANDA NO PRÓXIMO MÊS

— O PRESIDENTE DA R. P. A. EM S. TOMÉ

— ARISTIDES PEREIRA CONVIDADO A IR A ANGOLA

A reunião ministerial da CONCP realiza-se no próximo mês em Luanda, segundo revela o comunicado conjunto da visita do camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, a Cabo Verde, assinado no sábado de manhã, na Praia.

O mesmo documento dá conta das decisões tomadas conjuntamente de estreitar os laços de cooperação a todos os níveis entre os dois países e conjugar os esforços dos dois Partidos e Governos com vista à adopção de medidas que conduzam à paz e ao progresso nos dois países e no Continente Africano.

Revela ainda, que o camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, visitará oficialmente Angola, a convite do Presidente Agostinho Neto.

O comunicado conjunto foi lido pelo camarada Corsino Tolentino, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde e assinado pelos Presidentes Aristides Pereira e Agostinho Neto.

Poucos minutos após esta cerimónia, a delegação angolana tomou a direcção do aeroporto da Praia, para apanhar o avião especial que, escalando Conakry e Acra, a conduziria a S. Tomé e Príncipe outra das ex-colónias portuguesas que estará presente na reunião da CONCP, a primeira a realizar-se após a independência total dos seus países membros.

Pela sua importância, transcrevemos na íntegra o comunicado conjunto da visita de Agostinho Neto e da sua delegação a Cabo Verde:

COMUNICADO CONJUNTO

«A convite do camarada Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde e Secretário-Geral do PAIGC, visitou nos dias 18 a 20 de Março de 1976 a República de Cabo Verde o camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, que se fazia acompanhar por uma delegação composta por membros do Comité Central do MPLA, do seu Bureau Político e do Estado-Maior das FAPLA.

(Continua na Pág.ª 3)

O BRASIL ESTÁ INTERESSADO EM COOPERAR COM O NOSSO PAÍS

«Há vastas possibilidades de cooperação com o Brasil na medida em que estamos ligados por afinidades culturais e há ainda um factor muito importante que é a língua comum que herdámos da antiga potência colonial», de-

clarou à nossa reportagem o camarada José Araújo, membro do CEL do Partido e Comissário Sem Pasta, à sua partida para o Brasil, à frente de uma importante delegação governamental da Guiné-Bissau, que vai estabelecer os primeiros contactos com o Governo brasileiro e estudar as possibilidades de uma futura cooperação entre os dois países.

A referida delegação deixou a nossa capital no princípio da manhã do passado sábado, via Dakar, e permanecerá naquele país cerca de uma semana, dela fazendo parte, além do camarada José Araújo, os camaradas Fidélis Cabral de Almada, do CSL e Comissário da Justiça, Avito da Silva, Secretário-Geral do Comissariado de Estado da Agricultura e Pecuária, Amélia Araújo, da Presidência da República, e Lilica Boal, Directora do Instituto de Amizade.

O camarada José Araújo referiu-se ao desejo manifestado pelas autoridades brasileiras de estabelecer e desenvolver relações de cooperação com o nosso Estado por aquele Governo, ainda antes do seu reconhecimento por Portugal. Falando das vantagens de futuras rela-

(Continua na Pág.ª 8)

EDUCAÇÃO

Realizou-se no mês de Fevereiro a primeira prova periódica do actual ano lectivo, no qual novos métodos de ensino, visando a construção de um homem novo, estão a ser pela primeira vez postos em prática no nosso país. Inúmeras dificuldades obstaram a que as coisas corresse pelo melhor nos estabelecimentos de ensino, mas, mesmo assim, os resultados da primeira prova foram satisfatórios, e tanto alunos como professores mostraram ser capazes de se adaptar ao novo sistema de ensino. É, pelo menos, o que nos diz o director do Liceu Kwame N'Krumah, na entrevista que nos concedeu, e que publicamos nas páginas centrais.

TOGO-BENIN

Por iniciativa do Presidente Ahmed Sekou Touré, da República da Guiné, os dirigentes do Togo e do Benin reconciliaram-se, depois de um encontro em Conakry.

O tenente-coronel Mathieu Kerekou, do Benin, e o general Eyadema, do Togo, reuniram-se com o Presidente Sekou Touré na capital guineense, tendo declarado no final que seria como amigos e vizinhos que resolveriam os seus problemas, sublinhando a amizade fraternal que sempre existiu entre os povos togolés e benin.

Os Presidentes Kerekou e Eyadema acusaram os imperialistas de fomentarem a discórdia entre os dois países e de utilizarem o conflito para fins inconfessáveis. (Ver Pág.ª 7).

ANGOLA

O Bureau Político do M.P.L.A. deu a resposta adequada às «exigências» dos racistas de Pretória, que pretendiam «garantias» para se retirarem do território angolano.

Os dirigentes angolanos, num comunicado tornado público em Luanda, acentuaram que os racistas devem retirar-se totalmente de Angola, sem quaisquer condições, porque senão terão a guerra. Acrescenta o documento do M.P.L.A. que o aproveitamento hidroeléctrico do Cunene se situa em território angolano, na fronteira com a Namíbia, que é um território que não pertence sequer à África do Sul. (VER PÁG.ª 8).

PRIMEIRO-MINISTRO DA R.A.S.D. AGRADECE À GUINÉ-BISSAU

O camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, recebeu do Primeiro-Ministro do Governo da República Árabe Sahariana Democrática, Mohamed Lamine Ahmede, um telegrama cujo teor é o seguinte:

«Queira aceitar as saudações de um povo decidido a lutar até à libertação total do nosso continente. Enquanto o nosso povo celebrava na alegria e na luta a sua independência, recebemos a notícia da vossa posição corajosa e de vanguarda. Esta posição comoveu profundamente o coração de todos os saharianos e ficará na história como uma honra para o

povo da Guiné-Bissau. A República Árabe Sahariana Democrática fará tudo para contribuir eficazmente na luta anti-imperialista. Em nome do povo sahariano e da sua vanguarda revolucionária, a Frente POLISÁRIO, exprimindo através de V. Ex.ª ao povo e ao Governo da República da Guiné-Bissau os nossos sentimentos profundos da gratidão pelo reconhecimento imediato da República Árabe Sahariana Democrática que coroa uma série de posições justas em favor da nossa causa e das de outros povos em luta, asseguramos que estaremos sempre ao vosso lado para o triunfo da liberdade para os povos da África».

MORREU MAFORY BANGOURA DIRIGENTE DAS MULHERES DA GUINÉ

DAKAR «AFP» — Morreu ontem num hospital da Roménia, onde se encontrava em tratamento, Mafory Bangoura, ministro guineense dos Assuntos Sociais e Presidente da União das Mulheres da Guiné, anunciou a Rádio-Conakry, captada em Dakar.

A notícia da sua morte foi anunciada por Sekou Touré, Presidente da República, numa mensagem ao povo da Guiné. O chefe de estado guineense prestou uma calorosa homenagem à defunta, que era «uma das militantes de primeiro plano do Partido Democrático da Guiné e que consagrou trinta anos da sua vida ao Partido guineense».

Os dias de ontem e de hoje foram decretados dias de luto nacional. As bandeiras foram colocadas a meia-haste, antecedendo os funerais nacionais, que serão organizados a 26 de Março, em Conakry.

O corpo de Mafory Bangoura repousará no mausoléu nacional.

Cooperação sindical com a República da Guiné

Com o objectivo de estudar, juntamente com a UNTG, as possibilidades de desenvolvimento das relações sindicais entre a Guiné-Bissau e a República da Guiné, esteve no nosso país, de onde regressou ontem a Conakry, o camarada Aladje Abdulai Baldé, tesoureiro-geral do Comité Nacional da Confederação dos Trabalhadores da Guiné.

Este camarada, além de apresentar um convite à UNTG para visitar a República da Guiné, no âmbito do desenvolvimento das nossas relações sindicais, visitou vários pontos da nossa capital e algumas cidades do interior.

Antes da sua partida, foi recebido pelo camarada Presidente Luiz Cabral, a quem apresentou cumprimentos de despedida.

Começaram as aulas nocturnas do primeiro ano do curso geral

Tendo sido vencidas as dificuldades que impediam o funcionamento do 1.º Ano do Curso Geral (Curso Nocturno) tiveram início ontem as aulas do 1.º ano do Curso Geral (nocturno). Dado o excedente de candidatos em relação ao número de lugares de que podemos dispor, houve necessidade de se proceder a uma selecção entre os candidatos inscritos.

Para se fazer essa selecção, houve que atender aos critérios superiormente estabelecidos dando-se prioridade aos alunos que no ano anterior estiveram matriculados nos estabelecimentos do ensino secundário, aos combatentes da liberdade e aos candidatos de menor idade e de melhor aproveitamento escolar.

Aos candidatos que não conseguiram lugar para a frequência das aulas durante este ano lectivo apelamos para a sua compreensão face a esta situação, dado que todos nós estamos conscientes das dificuldades com que nos defrontamos neste sector da vida nacional. Continuaremos a dedicar os nossos melhores esforços ao melhoramento do nosso ensino de adultos, dado que estamos conscientes de que com a superação e a melhoria dos conhecimentos dos nossos

trabalhadores iremos dar passos importantes no sentido do progresso do nosso povo.

Aos candidatos admitidos à frequência do 1.º ano do Curso Geral apelamos para maior dedicação e esforço para que haja um máximo aproveitamento do esforço que o nosso Estado vem desenvolvendo neste campo.

Vamos trabalhar para que no futuro o ensino de adultos seja cada vez mais para os que querem realmente superar-se e cada vez menos para aqueles que

se inscrevem e nunca aparecem nas aulas ou desistem logo à primeira dificuldade.

AVISO AOS ALUNOS DO 1.º ANO DO CURSO GERAL

Avisam-se os alunos que constam das listas das turmas do 1.º Ano do Curso Geral (Curso Nocturno), de que devem regularizar a sua situação até ao dia 27 do corrente mês. Os alunos que até esta data o não fizerem serão substituídos por outros candidatos interessados.

BOLSAS DE ESTUDO

Critérios de selecção

Do *Comissariado de Educação Nacional e Cultura*, recebemos o seguinte comunicado, sobre as normas a que devem obedecer os pedidos de bolsas de estudo para o estrangeiro:

Atendendo ao facto de que o Ano I da Organização também exige uma planificação adequada na formação de quadros de acordo com as exigências e a

realidade concreta do país, e, considerando a grande afluência de pedidos verificada no ano passado, em relação ao número de bolsas concedidas ao nosso Governo por países amigos, e ainda, baseando-se na experiência vivida quando da inscrição e da apreciação dos candidatos, a comissão de bolsas de estudo reunida numa das salas do Comissariado da Educação em 2/2/76, adoptou um certo número de critérios tendentes a facilitar a selecção dos candidatos.

ESSES CRITÉRIOS SÃO:

A — Só poderá concorrer o candidato de nacionalidade Guineense ou Caboverdiana, e, que tenha pelo menos um ano de permanência na República da Guiné-Bissau ou na de Cabo Verde.

B — Como limite de idade, estabeleceu-se a idade máxima 30 anos.

Observação: Este limite será tomado em consideração desde que o País escolhido não ponha objecções.

C — Entrega do dossier completo com todos os documentos, fotografias inclusivé, dentro do prazo estabelecido.

— O referido dossier será constituído pelos seguintes documentos:

- 1 — Certidão de habilitações literárias;
- 2 — Certificado de robustez física e um impresso que se deve adquirir no Departamento de Bolsas para ser devidamente preenchido pelo médico;
- 3 — Certificado de estado civil com assinatura reconhecida;
- 4 — 6 fotografias;
- 5 — Certificado de rendimento do agregado familiar;
- 6 — Certidão de idade;
- 7 — Impresso de pedido da bolsa devidamente preenchido, em duplicado, e autenticado

(Continua na página 6)

RESPONDE O POVO

Que pensa das chuvas em Março?

Choveu em vários pontos do País, na tarde da passada quinta-feira e madrugada de sexta. A pluviosidade atingiu um milímetro em Bissau e cinco milímetros (o valor máximo) em Cacheu.

Esta chuva inesperada, por inabitual neste período do ano, causou espanto entre as pessoas. No entanto, ao contrário do que pretendem fazer crer certas «teorias» superstitiosas, a chuva é um fenómeno natural, em qualquer parte do mundo e em qualquer período do ano. Tudo no mundo se encontra em mutação incluindo as estações do ano, que não têm que respeitar necessariamente o calendário.

Como recebeu a população estas primeiras chuvas? Que consequências poderão ter, designadamente na agricultura? Eis o que procurámos saber, neste breve inquérito de hoje.

ALEXANDRA L. CORREIA
(Estudante)

«As chuvas em Março creio que constituem um bom sinal, um sinal de avanço no

que diz respeito à nossa agricultura, que irá conduzir ao nosso progresso económico. Se continuar chovendo muito, acho que poderemos recuperar toda a escassez de produtos agrícolas que tem vindo a verificar-se durante os anos de guerra e a nossa produção, nestes primeiros dois anos da nossa independência, poderá ser, talvez muito maior do que nos anos anteriores. Teoricamente, não tem nenhum interesse. Devemos, pois, empregar as nossas ideias na prática. Como dizia Lenine, «não há teoria sem a prática revolucionária e vice-versa». Neste caso, digo que não pode haver nenhum progresso económico no nosso país, sem a prática agrícola».

BOMBA CÁ

(Desempregado)

«Não há dúvida que a chuva da semana passada suscitou admiração. Foi uma surpresa, pois nunca vi chover em Março. Há pessoas que pensaram ser, talvez, a aproximação da morte de uma «pessoa grande». Outros dis-

seram que a visita do camarada Agostinho Neto trouxe muita sorte para a nossa terra e por isso, deu sinal de chuva. A meu ver, acho que «não é mais do que um prenúncio de muita chuva que vai cair este ano. Seria bom, porque todos nós sabemos quanta importância tem a chuva na nossa agricultura».

ANTÓNIO D. DA COSTA

(Trabalhador da função pública)

«Antigamente, costumava chover a partir dos dias 15 e 16 de Maio. Mas, ultimamente, com a mudança de tempo, a chuva passou a atrasar, a pouco e pouco, até se chegar a anos em que todo o mês de Junho não conheceu nem um pingo. Este ano, estou certo que começará cedo e com mais abundância. Basta lembrarmos a chuva da semana passada e, por outro lado, a maneira como tem soprado o vento estes dias, para termos mais ou menos uma ideia do que serão, este ano, as chuvas. É possível que chova para além dos seis meses normais».

NO PINTCHA

Orgão do Comissariado de Estado de Informação e Turismo
Trissemestral Nacional de Informação

Sai às Terças, Quintas e Sábados

Preço: 2\$50

Redacção, Administração e Oficinas: Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade: 3726

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400\$00

6 meses 250\$00

Outros Países Africanos

e Portugal

1 ano 500\$00

6 meses 300\$00

Serviços de Distribuição

e Vendas do «NO PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMÁCIAS

HOJE — «CENTRAL» — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

AMANHÃ — «HIGIENE» — Rua António N'Bana, telefone 2520.

TELEFONES

Hospital Simão Mendes:

Banco — 2886/2867

Bombeiros — 2222

Polícia:

1.ª Esquadra — 3333

2.ª Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600

Radiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4 (TAG-B)

TAP — 3991/3

Serviços Municipalizados:

Água e Electricidade — 2411

(das 7 às 17 horas)

Assistência à rede eléctrica - 2414

(das 16 às 24 horas)

Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RÁDIO

EMISSÕES:

Das 6 às 8; das 12 às 15 e das 17 às 24 horas.

NOTICIÁRIOS:

As 7, 13, 15, 17, 20 e 21 horas.

AGENDA DO DIA:

As 18,45 horas.

CINEMA

HOJE — As 18,30 horas — «3 SUPER-HOMENS NA SELVA» — m/14 anos e às 20,45 horas — «A MENINA PROCURA SEU PAI».

AMANHÃ — As 20,45 horas «SÉTIMA BALA».

CABO VERDE

Terminou a visita de Agostinho Neto

Estreitar os laços de cooperação a todos os níveis

(Continuação da 1.ª página)

Durante a sua estadia na República irmã de Cabo Verde, o Presidente Agostinho Neto e a delegação que o acompanhava, reuniram-se com o Presidente Aristides Pereira e com responsáveis do PAIGC e do Governo daquela República irmã, para analisar os problemas que afectam os dois países.

Após as análises, as duas delegações decidiram:

a) — Estreitar os laços de cooperação a todos os níveis entre os dois países;

b) — Participar na reunião ministerial da CONCP, a realizar no mês de Abril em Luanda;

c) — Conjugar os esforços dos dois Partidos e Governos, com vista à adopção de medidas que conduzam à paz e ao progresso nos dois países e no Continente Africano, e que possam, assim, garantir a materialização dos programas do PAIGC e do MPLA.

A delegação da República irmã de Cabo Verde repudiou vivamente a agressão contra a República Popular de Angola, por forças do Exército regular da racista África do Sul.

As duas delegações condenaram com energia, os regimes de Pretória e de Salisbúria, que, na África Austral continuam a manter diversas formas de «apartheid», que põem em perigo a paz e a segurança nessa região.

Analisando a situação em Moçambique, vítima de uma agressão das forças racistas da Rodésia, as duas delegações condenaram energicamente o regime de Ian Smith e exprimiram a sua solidariedade incondicional à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e ao Governo daquele país, para a construção de um Moçambique livre e próspero.

Concluíram finalmente que a luta dos povos de Cabo Verde e de Angola, conduzidas pelas suas vanguardas revolucionárias, o PAIGC e o MPLA, se insere no contexto Universal, de combate à dominação e exploração imperialistas, sendo portanto, de uma importância fundamental para a consolidação da independência dos dois países, o desenvolvimento activo dos laços de solidariedade militante forjado na luta contra o inimigo comum.

Posto isto, o camarada Presidente Agostinho Neto, em nome do povo angolano, do Comité Central do MPLA, do Governo da República Popular de Angola e em seu nome pessoal, convidou o camarada Presidente Aristides Pereira a efectuar uma visita oficial à República Popular de Angola.

Este convite foi aceite e a data será afixada ulteriormente, pela via diplomática.

Feito na Praia aos 20 dias do mês de Março de 1976».

AGOSTINHO NETO NUM COMÍCIO NA PRAIA

Conforme noticiámos na nossa edição anterior, a população de Cabo Verde recebeu entusiasmadamente o camarada Presidente Agostinho Neto e a sua delegação, por onde quer que esta passou. O mais significativo contacto do camarada Agostinho Neto com as massas populares caboverdianas terá ocorrido no dia da sua chegada, no comício realizado na Praia. Transcrevemos em seguida a intervenção do camarada Agostinho Neto durante esse encontro com a população:

Estou bastante emocionado por me encontrar mais uma vez na cidade da Praia. Aqui passei alguns meses. Não como Presidente da República, mas como prisioneiro. Durante esse tempo de detenção que passei aqui, fiz muitos amigos. Muitos dos camaradas de Cabo Verde, que talvez estejam aqui presentes, tiveram a oportunidade de conviver comigo e de conhecer, naqueles anos de 1960 e 1961, os sentimentos patrióticos e nacionalistas que comandaram os nossos actos, os actos de todos aqueles que realmente desejam a independência e a liberdade do povo de África.

Hoje estamos aqui em liberdade; eu não me lembro onde era a PIDE/DGS, mas parece que era perto daqui. Muitos camaradas passaram por lá como eu, e agora estamos livres. Estamos neste momento numa nova fase. Estamos aqui com a delegação da República Popular de Angola, uma delegação do MPLA para visitar o Cabo Verde.

Eu quero, camaradas, agradecer, em primeiro lugar ao camarada Presidente Aristides Pereira, à Direcção do PAIGC, ao Governo de Cabo Verde, às organizações de massas, às Forças Armadas, a todo o povo de Santiago, particularmente à população da Praia, por esta recepção calorosa, tão entusiástica, que nos comove. Quero agradecer-lhes muito sinceramente, em nome do nosso povo, em nome do Comité Central do MPLA e em nome da delegação que aqui está presente. Muito obrigado, camaradas.

Camaradas, eu sei, nós todos sabemos, que esse entusiasmo, que este calor, que nós manifestámos, neste momento, quando nos reencontramos depois da vitória sobre o colonialismo português, sobre o imperialismo, sobre o racismo, não podem ser ignoradas por quem quer que seja. Nós estamos numa fase em que podemos dizer aos colonialistas portugueses: já não podem e nem poderão nunca mais voltar

a dominar as nossas terras. Nós estamos numa fase em que os racistas sul-africanos não poderão dominar a África Austral. Neste momento, os povos de África estão dispostos a combater contra o imperialismo, para manter as suas independências, para manter a sua liberdade.

COMBATER PARA A LIBERDADE

E creio que o nosso entusiasmo é tão grande neste momento que seria impossível que ele não fosse escutado para lá do mar, que ele não fosse escutado noutros continentes, em que os imperialistas não tenham em conta o espírito revolucionário do povo de Cabo Verde. Nós não temos nenhuma hesitação. Estamos seguros de nós próprios. Sabemos que somos capazes de combater para a liberdade, contra o colonialismo português, somos capazes de combater contra o racismo sul-africano, somos capazes de combater contra o imperialismo, para a verdadeira independência das nossas terras.

Camaradas: ainda há pouco tempo, Angola foi invadida pelas forças armadas de países estranhos à nossa terra. Nós sofremos uma agressão directa de representantes dos governos reaccionários de determinados países vizinhos, e ainda hoje estamos a lutar contra a África do Sul, que diz estar a proteger as barragens que se encontram construídas ou em construção no rio Cunene. Essas barragens estão no território angolano e é arrogância a pretensão da África do Sul de fazer com que as barragens que estão em Angola sejam protegidas por forças armadas de sul-africanos. É a mesma coisa, por exemplo, que aqui na Ilha de Santiago, houvesse uma propriedade qualquer — uma propriedade que fornecesse determinados produtos e que fosse protegida por forças armadas de outros países. Isto camaradas não poderiam de maneira nenhuma consentir. Seria uma afronta ao povo de Cabo Verde, seria uma indignidade do povo de Cabo Verde, seria uma ofensa ao povo de Cabo Verde.

E, da mesma maneira, nós consideramos que a presença de sul-africanos em Angola é uma ofensa ao nosso direito à independência e liberdade, é uma ofensa à nossa dignidade. Por isso, ainda estamos em guerra contra a África do Sul até que ela saia de Angola e deixe o nosso território completamente livre. A ideia da independência nem sempre é fácil de adquirir. O combate contra a dominação estrangeira nem sempre é fácil de se fazer, exige uma certa adaptação de mentalidades, exige co-

(Continua nas centrais)



Amílcar
Cabral

“Lutar no interesse do Povo”

«Quer dizer, nós ainda temos a certeza de que, nesta luta, a melhor maneira de lutar é com pequenos grupos e com muita coragem, utilizando ao máximo as nossas armas, sobretudo as armas ligeiras, camaradas».

«Infelizmente, desde que temos morteiros, como já vos disse, os camaradas de Infantaria desculpam-se um bocado, e as balas da «patchanga» estão a enferrujar no carregador. Mas vocês vêm, a Direcção do Partido está a lutar, e sabem o que é que estou a fazer por exemplo, estou a tirar gente da Infantaria e trazê-la para outros corpos do Exército e a levá-la para outros lugares. E os nossos camaradas comandantes, dirigentes, felizmente entendem isso claro, para nos ajudarem. Não vale a pena ter cinco bigrupos a tirar «tugas» da área de Buba ou da área de Cubucaré, ou quando se juntarmos dois bigrupos de um lado e três do outro, fazendo cinco, podemos levá-los para o Norte, para reforçar por exemplo, a nossa acção no chão dos manjacos ou em Nhacra, que é importantíssima para nós».

«Devemos portanto, a cada passo, ontem como hoje, como amanhã, enquanto durar a nossa luta, coordenar a nossa luta, dominar a nossa luta completamente, saber o que é que se passa. E devemos fazer tudo para que as relações entre as nossas Forças Armadas e o nosso povo, sejam as melhores possíveis. Devemos convencer o nosso povo, pelos nossos gestos, pela nossa acção, pelas nossas palavras, de que os nossos soldados, os nossos combatentes, são seus filhos, que lutam para o defender, que saíram do seu peito, da sua barriga, para o defender não para lhes fazer mal».

«Vários camaradas das Forças Armadas, até responsáveis, têm prejudicado muito o nosso Partido e a nossa luta, estragando as relações das nossas Forças Armadas com a população. Isso, como já disse, é um crime de traição, é servir os tugas. Temos que combater isso «no duro», mas de verdade. E posso dizer aos camaradas o seguinte: por mais força que o nosso Partido tenha se não defendermos as boas relações com a nossa gente, cada dia, se não reforçarmos essas relações cada dia mais, através de um trabalho político e de actos concretos da parte das nossas Forças Armadas, a nossa luta será condenada ao fracasso».

«Quer para recrutar gente nova para as Forças Armadas, quer para obter o apoio da população, quer até para justificar os nossos sacrifícios, camaradas, é fundamental desenvolver cada dia mais, boas relações, entre as forças armadas e a população da nossa terra. Isso quer dizer que não vamos fazer mal, lá onde temos que fazer mal para avançar? Isso, paciência, temos de o fazer. Mas não no interesse de um, na mania de um que quer combater, dar bofetadas ou coisas que o valha. No interesse do nosso próprio povo».

«Como disse, é bom, a cada momento da nossa luta armada, pôr bem claro a ideia de para onde é que vamos, a cada momento de avanço da nossa luta. O nosso objectivo é tirar os colonialistas portugueses da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde. A nossa ideia, o nosso fim, não é dar nos tugas, deitá-los no chão, como quando lutamos com alguém a «luta» da nossa terra. O nosso objectivo é tirar os tugas colonialistas da nossa terra».

FORAM POSITIVOS OS RESULTADOS DO 1.º PERÍODO ESCOLAR

Encontram-se em pleno funcionamento em todo o País as aulas do segundo período escolar, no qual muitas das dificuldades sentidas nos primeiros meses de ensino vão certamente ser superadas, de modo a que o rendimento final de alunos e professores corresponda às necessidades da nossa terra, em homens e mulheres preparados política e tecnicamente para as tarefas da reconstrução nacional.

No final do primeiro período, procurámos efectuar um balanço do que foram esses primeiros e difíceis tempos de aulas. Para tanto, ouvimos alunos, professores e o reitor do Liceu Nacional Kwame N'Krumah, camarada Manecas. Apesar das nossas tentativas, não conseguimos colher as opiniões dos directores dos restantes estabelecimentos. Assim, a perspectiva que hoje apresentamos do funcionamento do novo ano escolar baseia-se principalmente nos dados obtidos no Liceu de Bissau.

O camarada Manecas começou por fazer uma análise global dos resultados da primeira prova periódica, realizada em Fevereiro:

«Julgo que os resultados obtidos foram satisfatórios. Na generalidade das disciplinas, as notas foram razoáveis, e talvez, até melhores do que esperávamos. Houve, no entanto, algumas disciplinas em que as notas foram realmente baixas, como é o caso do Desenho do Curso Geral. Mas isso compreende-se, dado o atraso com que as aulas começaram. Pensamos que ao decorrer do ano poderemos corrigir estas falhas.»

Não lhe parece que o primeiro período foi excessivamente curto para permitir avaliar com justiça o aproveitamento dos alunos?

«Nós adoptamos um sistema de provas ao fim de cada período, que constitui um avanço em relação ao sistema anterior. É de facto difícil, através de provas deste tipo, conseguir uma avaliação de conhecimento ideal, ou mesmo boa. Estas provas têm sempre alguns inconvenientes, de carácter pedagógico, na medida em que permitem algumas diferenças na atribuição das notas. Mas é um inconveniente que tentamos minimizar, com a correcção das provas por outros professores. O nosso critério consistiu em atribuir a cada pergunta o máximo de pontuação. Mas mesmo assim, é possível que as notas não traduzam fielmente a capacidade dos alunos.»

Através das reacções dos alunos às notas atribuídas parece-nos que estas criam uma mentalidade competitiva...

«Praticamente, os alunos convencem-se que estão a estudar para terem notas e avaliam os conhecimentos que adquiriram ao longo do período em função das notas. Por exemplo, um aluno que obteve 22, reclama mais um ou dois valores, quando, muitas vezes, acontece que um aluno com 24 tem menos conhecimentos que um aluno de 22. Simplesmente, podem ter surgido questões em que estava mais dentro.»

Portanto, há que fazer todo o trabalho que convença os alunos que estão a estudar para aprenderem e saírem daqui com conhecimentos, pois na vida prática, quando lhes for colocado um problema terão que resolver, independentemente de terem tido 22 ou 24 na Matemática, quando andavam no Liceu. Quando tivermos conseguido avançar nesse sentido, talvez já não se façam tantas reclamações por causa das notas como as que têm surgido.

Tem sido feito algum trabalho nesse sentido?

Este ano têm surgido casos que vamos tentar discutir. Inclusive, mostrámos os pontos nas aulas. Procuramos, assim, desenvolver uma campanha de esclarecimento sobre o significado da nota e a razão da sua existência. É preciso, para o ensino avançar, que o aluno participe conscientemente na avaliação de conhecimentos.

E que se convença que não pode avançar se não adquiriu os conhecimentos suficientes. Mas essa tarefa já não poderá ser levada a cabo a curto prazo, e sim a médio prazo. Quero realçar desde já que este sistema, em relação ao anterior, se nos reve-

lou bastante melhor».

«Quais são as vantagens da distribuição dos pontos aos alunos, depois de corrigidos?»

«Pensamos que os alunos devem ver os pontos que fizeram, pois isso dá-lhes uma ideia da justeza da nota que obtiveram. Além disso, permite-lhes ver os erros que cometeram durante a prova. Sabemos que há um certo risco neste processo, o de desencadear uma onda contestatória, pois o aluno vê o seu ponto, compara com o dos colegas, vê uma palavra a mais ou a menos, um ponto a mais ou a menos e pode sentir-se prejudicado.»

«Antigamente, os pontos não eram distribuídos, mas o aluno que se sentisse lesado podia pedir a revisão da prova. Essa possibilidade acabou?»

«Vamos arranjar um processo de recursos, mas os alunos só poderão recorrer sobre a sua prova e não comparativamente com as outras.»

Julgamos minorar, assim, os inconvenientes da distribuição de provas, contra a qual muita gente tomou posição. Nós vimos o problema pelos dois lados e pensamos que haveria vantagens neste método, apesar de todos os riscos. Creemos que esta experiência poderá ser aperfeiçoada no segundo período. É preciso reconhecer que nós não tínhamos qualquer experiência de realização de provas periódicas e, todo o esquema foi montado para ser posto em prática este ano. Com a realização da primeira prova, verificámos que cometemos alguns erros, e vamos corrigi-los. Um desses erros foi o prazo bastante curto para a execução e correcção das provas. Isso poderá ter trazido algumas deficiências na correcção, se bem que as pessoas tenham feito todos os esforços para corrigir os pontos da melhor forma. Creio que as diferenças que eventualmente se verificaram não poderão pôr em causa todo o sistema.»

«Mas poderão prejudicar alguns alunos...»

«Os riscos não são tão grandes que possam levar um aluno a perder completamente o ano por causa de um erro, que nós podemos sempre detectar e corrigir. Também não consideramos as notas como uma coisa intocável, um valor absoluto em que não se pode mexer porque já está atribuído. O que pretendemos é que a nota dê ao aluno uma ideia dos seus conhecimentos.»

FALTA DE CRÍTICA

«A partir dos valores gerais obtidos no primeiro período, é possível fazer uma ideia aproximada dos resultados finais do ano lectivo?»

«Ainda não nos foi possível organizar as estatísticas, o que contamos fazer em breve. Só então poderemos avaliar a percentagem de alunos capazes de transitar de ano. Mas estamos optimistas em relação aos resultados deste primeiro período, na generalidade das disciplinas.»

A nota mais baixa que demos foi 10 pontos. Fizemo-lo atendendo a que pusémos em vigor um sistema a que os alunos não estavam habituados.

Achámos que devíamos dar-lhes todas as possibilidades a não lhes cortar logo no primeiro período as hipóteses

de passarem de ano, atribuindo-lhes notas inferiores a 10 valores. A partir desta nota, um aluno que se esforça pode recuperar nos períodos seguintes.»

«Por ocasião das provas escritas, põe-se normalmente o problema de os alunos enganarem os professores, copiando pelos colegas. Isso aconteceu?»

«Houve alguns casos, e nós tomámos as medidas que achámos convenientes. No entanto, em nenhum caso o professor deixou de dar nota a um aluno por desconfiar dele. Houve um professor que achou que as turmas não corresponderam àquilo que delas esperava. Achando os resultados um pouco baixos, voltou a ver os pontos em conjunto com outro camarada da mesma disciplina e do mesmo ano para se certificar se as falhas eram dele ou dos alunos. Da mesma maneira nós, se as notas forem baixas, vamos agora analisar qual terá sido a falha e, nomeadamente, verificar se a matéria não teria sido mal dada. Neste caso, tentaremos corrigir o processo utilizado.»

«Registaram-se críticas dos alunos à maneira como foram leccionadas as matérias?»

A nossa primeira aula deste período foi uma aula de balanço. Os alunos não reagiram como nós esperávamos, o que até certo ponto se justifica. Não fizeram uma análise crítica à forma como as matérias foram dadas, e, muitas vezes, limitaram-se aos pontos, reclamando mais um valor, quando poderiam analisar a forma como os professores deram as aulas e fazer sugestões para o balanço do processo. No entanto, queremos registar que alguns alunos apresentaram sugestões, que os professores poderão vir a adoptar.»

NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO

«Os alunos compareceram em peso nas provas ou registaram-se algumas faltas?»

«A afluência foi geral. O número de faltas foi insignificante e normalmente, estas foram justificadas com a alegação de doença.»

Só não houve a afluência que esperávamos da parte dos alunos externos. Isso pode justificar-se atendendo a que, com esta mudança, as pessoas estão um bocadinho afastadas do liceu e talvez prefiram primeiro ver como é, para virem depois. No entanto, em relação aos que se inscreveram e prestaram provas, os resultados foram razoáveis. Tivemos a preocupação de fixar com relativa antecedência a matéria para as provas periódicas, exactamente no intuito de procurar facilitar-lhes os exames.»

«E quanto aos alunos assistentes?»

«Um assistente é considerado como um aluno externo. Houve alguns que se inscreveram e fizeram as provas como alunos externos, e há outros que esperam a prova extraordinária, pois aqueles que não prestaram a primeira prova podem recorrer à prova extraordinária. Houve alunos que nos puseram o seguinte problema: estão matriculados numa secção do 5.º ano e têm tempo para estudar a matéria do 6.º. Nós demos-lhes esta possibilidade. Se fizerem o 5.º ano nas três provas periódicas, poderão requerer exames do 6.º. Isto era o máximo que poderíamos ter concedido sem atropelar os regulamentos.»

«Verificou-se algum caso em que uma prova tivesse sido anulada?»

«Sim, naqueles casos flagrantes em que o aluno foi apanhado a copiar. Iremos discutir o caso com os próprios alunos e com os comités de turmas. Não queremos anular pura e simplesmente a prova. Suspendemos a nota e vamos discutir a questão. É que há casos evidentes em que se verificou uma desonestidade da parte do aluno. No entanto, aqui levanta-se a questão do rigor da pessoa que controla o exame. A experiência mostrou-nos que há pro-

fessores com mais rigor que outros, o que implica uma desigualdade na avaliação de conhecimentos. Daqui se conclui que o sistema não é ideal. Vamos procurar melhorá-lo, corrigindo os erros. O que interessa realmente é que os alunos saiam daqui dotados de conhecimentos. Nisso, teremos de ser inflexíveis. Esperamos também as sugestões dos alunos e que estes se organizem a nível de comités de turma e de ano, pois só organizados poderão participar na gestão do ensino. Muitas vezes somos acusados de não praticar a democracia, pois lançamos as coisas sem consultar primeiro a opinião dos alunos. Mas quando queremos discutir com eles, não sabemos a quem nos dirigir, pois não existe uma organização bem estruturada. Por isso não há ainda um representante dos alunos no Conselho Directivo.»

Quando os comités estiverem realmente a funcionar em condições então, nós teremos quem nos comuniquem o que os alunos pensam sobre determinados assuntos. Chegámos a um ponto em que é preciso dar um salto. Sem esse salto, não podemos avançar. Vamos tentá-lo. Há muitas questões que precisamos, desde já, pôr à consideração dos alunos.»

«Quais são essas questões, concretamente?»

«Por exemplo, o problema dos quadros de honra, levantado em algumas turmas. Temos uma proposta para pôr a discussão: fazer quadros de honra, não individuais, mas colectivos, por turmas. Para isso, apuramos qual a melhor turma do ano em cada disciplina. Pretendemos que o trabalho seja colectivo e não individual, destacar grupos de pessoas que realmente trabalharam. Interessa-nos obter o máximo rendimento da maior parte das pessoas.»

PELA DEMOCRACIA

«Alguns alunos queixam-se de que têm demasiadas disciplinas, e, particularmente, línguas estrangeiras...»

«Trata-se de uma opção. Tem as suas vantagens uma pessoa sair do liceu sabendo falar alguma coisa de Francês, Inglês e Português. É claro que também tem os seus inconvenientes as pessoas perderem muito tempo a estudar línguas estrangeiras. Mas o que importa é pesar as vantagens, para poder lançar um sistema novo e mais correcto. Mas, se saírem algumas disciplinas, entrarão outras. Nós estamos com um número normal de disciplinas, e mesmo com menos do que muitos outros países. O problema não será, portanto, de excesso de disciplinas, mas, quando muito, de escolha errada.»

«Tendo em conta os resultados já obtidos com o novo método de ensino, quais são as perspectivas para o futuro?»

«O fundamental é que os alunos se organizem e os comités comecem a trabalhar, de maneira a que os alunos se vejam representados os seus anseios junto da Direcção Escolar. Isso facilitará bastante o nosso trabalho. Muitas vezes tomamos medidas sobre as quais gostaríamos de saber previamente o que os alunos pensam, de forma a não irmos contra os seus interesses. Muitas vezes caímos em erros que poderíamos ter evitado se tivéssemos auscultado os alunos e tomado em conta as suas opiniões.»

A nível de professores, existem as comissões de coordenação, que têm trabalhado, melhor ou pior. Estamos a tentar melhorar o seu trabalho, pois elas constituem o órgão que permite aos professores manifestarem o que pensam sobre vários assuntos.

Apenas podemos actuar com democracia estando organizados. Tanto professores como alunos devem preocupar-se mais com isso. Muitas vezes convocam-se reuniões e os alunos não aparecem, o que não os impede de nos acusarem de sermos pouco democráticos. São os próprios camaradas que terão de passar a saber desmascarar

essas posições. Só deste modo teremos confiança uns nos outros. Pela forma como os alunos já colaboraram, certas iniciativas levadas a efeito, temos esperança de ver as coisas avançar até ao fim do ano.»

OPINIÕES DE ALUNOS E PROFESSORES

Nos contactos que tivemos com alunos e professores dos estabelecimentos do ensino secundário abordámos os alunos do 3.º Ano do Curso Geral da Turma 4 que manifestaram uma discordância sobre a aplicação do método, pois, segundo eles, o mesmo apenas a classificação do aluno diante a prova escrita, sem que tenha em conta o trabalho realizado ao longo do período.

Também se manifestaram a favor da entrega das provas para efeito de correcção, a fim de os alunos poderem corrigir os erros cometidos afirmando para terminar que deve haver maior confiança entre alunos e professores, pois para estes últimos que os professores também tenham confiança nos professores é prejudicial neles.

Contactados alguns professores, estes pronunciaram-se sobre algumas das surgidas ao longo do período, de maneira como decorreram as propostas adiadas algumas sugestões consideram venham a ser úteis para uma futura orientação daquele estabelecimento do ensino.

Assim, a camarada Maria Alice Castro Fernandes, professora nacional de disciplinas de Português e Francês, começou por falar nas dificuldades que teve de enfrentar durante o período, dificuldades essas não só relativas à falta de material didáctico mas também à aplicação do novo método

O povo s...

Deixou ontem a noite o hospital com destino a Aviação Conakry, uma delegação da República Árabe da Democracia, que se deslocou ao nosso país para uma visita oficial. Esta delegação é chefiada pelo Ministro do Exterior, Marfoud Ali, e era portadora de uma mensagem do Presidente do Conselho Nacional Popular, Hamed Ould Ziou, e do camarada Luiz Cabral, presidente do Conselho da nossa República, para transcrevermos na imprensa

«É para mim uma honra dirigir-me a Vossa Excelência, pela primeira vez, para vos enviar, em nome do povo sahariano o meu saudade e o meu desejo de que se segure a proclamação da República Árabe Sahariana Democrática e à Constituição do primeiro Governo.»

A exemplo do que aconteceu ao grande povo e amigo do qual Vossa Excelência é o guia, o sahariano conheceu a libertação colonial europeia a qual nunca cessou de bater para reconquistar a sua liberdade e a sua independência.

Precisamente no momento

que os alunos ainda não estão habituados.

«Não quero com isso dizer que o método em si seja incompleto. Acontece, simplesmente, que ao longo do período houve muitas falhas que iremos discutir e tentar corrigir, para uma melhor orientação nossa», afirmou aquela camarada para acrescentar em seguida:

«Sobre a atribuição das notas, acho que a mesma deve ser feita mediante o trabalho do aluno durante o período em que este deverá ter em conta este facto e não só contar com os resultados da prova periódica».

Quanto ao problema que se põe sobre a entrega dos pontos, aquela camarada concordou que, em princípio, devem ser entregues os pontos aos alunos para efeitos de correcção, mas que os mesmos devem ser recolhidos e ficar no arquivo do Liceu.

«Sou também de opinião de que os alunos devem participar nas actividades do ensino e na própria gestão escolar, evitando assim, a anterior situação, em que os alunos dependiam única e simplesmente da opinião dos professores».

Antes de terminar a sua exposição, falou ainda no curto prazo que tiveram para a correcção e afixação dos resultados das provas, citando ainda o caso de alguns professores que faltavam às reuniões e que no fim tentaram atribuir notas com certa urgência, motivo que talvez tenha originado possíveis falhas na elaboração das pautas. Um outro problema focado é o facto de os professores, devido à falta de material didáctico, terem que passar mais que metade da aula a ditar os apontamentos, com a agravante de os alunos não estarem habituados a usar abreviaturas na passagem dos apontamentos, o que dificulta em muito os seus trabalhos.

Um outro professor contactado, Pêrsico Fabrício, cooperante italiano e professor de Ciências Naturais, referiu às dificuldades encontradas durante o período, não só devido à falta de material escolar mas também na

aplicação do novo método. Manifestou-se a favor da entrega das provas para efeitos de correcção e na necessidade de os alunos mudarem a sua forma de pensar, «pois muitos ainda mantêm uma mentalidade diferente daquela que queremos criar no sentido de haver uma colaboração mútua entre alunos e professores e não um clima de desconfiança». Falando da participação dos alunos nas actividades escolares, referiu-se à necessidade de intensificar as actividades dos comités de turma a fim de estes poderem apresentar as suas sugestões e discutir os problemas da turma.

«Uma das falhas que eu aqui queria apontar é o facto de as perguntas nos enunciados das provas não serem classificadas. Isso porque os alunos poderiam melhor seleccionar as perguntas e responder primeiramente àquelas com maior cotação, deixando para o fim aquelas que têm menos».

Também salientou o facto de os alunos terem que estudar três línguas estrangeiras, concretamente no Curso Geral, afirmando que deviam ser adoptadas duas dessas disciplinas e referiu-se à necessidade de os alunos terem um método de estudos, nunca deixando acumular a matéria para a vir estudar nas vésperas das provas, pois com isso não conseguem aprender nada.

NA ESCOLA TÉCNICA

Na Escola Técnica Vitorino Costa, contactamos alguns alunos e professores que nos deram as suas opiniões sobre o aproveitamento escolar durante o período e nas vantagens da aplicação do novo método.

O aluno do 3.º ano do Curso Geral de Agricultura, Aleluia Baptista, declarou-nos: «Os resultados não foram maus, se tivermos em conta as dificuldades que tivemos que enfrentar ao longo do período, não só quanto à aplicação do novo método, mas também ao transporte dos alunos, pois com a passagem da Escola para Brá, os alunos têm que dispender um gran-

de esforço devido ao facto de terem que se levantar muito cedo para apanhar a viatura. Isto não lhes deixa tempo para estudar».

Um outro aluno, este do 3.º ano do Curso Comercial, Alirio António Lima, falou-nos no tempo muito limitado para os alunos prepararem as lições devido ao grande número de disciplinas e manifestou-se a favor de redução de disciplinas menos importantes, a fim de permitir um melhor aproveitamento das restantes.

Na impossibilidade de contactar o director daquele estabelecimento, ouvimos o professor de Física daquela Escola, Isidoro Lopes Rodrigues Júnior, que nos falou na viabilidade do método. «Houve falhas da parte de alguns professores na atribuição das notas devido não estarem totalmente integrados no novo método e tentarem fazer uma comparação entre o novo método e o antigo».

«Acho que deve ser melhorado o método de estudo dos alunos, fazendo

chamadas escritas constantes durante o período, e que as notas devem ser atribuídas de acordo com a informação que o professor tiver do aluno ao longo do período».

Falando na eliminação de alguns cursos e na existência de cursos que englobam várias disciplinas, afirmou: «Penso que deve levar-se a efeito o estudo da revisão do método e introduzir cursos que permitam dar ao aluno um conhecimento teórico e prático da matéria».

AGOSTINHO NETO NA PRAIA

Os colonialistas não poderão voltar a dominar as nossas terras

(Continuação da página 3)

ragem, exige uma disposição a sacrifícios, exige uma reconversão total do sistema vivido em cada país.

Mas só esse caminho conduz realmente à liberdade, ao progresso e à felicidade. Sem a independência, nós seremos sempre escravos submetidos à vontade dos outros. Agora, queremos é ser nós próprios, com a nossa independência, com a nossa cultura, com aquilo que nós herdamos dos nossos antepassados. Isto é o que nós queremos.

VENCER O INIMIGO INTERNO

E por isso, não consentiremos nunca mais, nem em Cabo Verde nem na Guiné-Bissau nem em

Moçambique nem em S. Tomé que os portugueses voltem a dominar as nossas terras. Agora estamos independentes e se os portugueses, se os imperialistas tiverem pretensões sobre as nossas terras, eles verão como as armas vão funcionar contra eles. Eles verão como as nossas juventudes vão resistir, porque a ideia da independência já foi completamente adquirida pelo nosso povo.

Camaradas, nós venceremos o colonialismo, mas temos também de vencer o inimigo interno, temos que evitar que nas nossas terras haja de novo qualquer tipo de exploração do homem pelo homem. Nós não podemos mais consentir que hajam homens explorados nas nossas terras, é por isso que costumamos

a dizer:

«A luta continua!»...

A vitória é certa!

É certíssima, camaradas.

Camaradas, para resistir ao imperialismo, para que nós possamos de facto formar aquela frente anti-imperialista capaz de resistir a todos os combates, temos que unir cada vez mais os nossos povos. É por isso que estamos aqui. Nós vamos demonstrar, a nossa delegação vai demonstrar que nós, os angolanos, estamos prontos a desenvolver relações de amizade cada vez mais fortes entre os povos de Cabo Verde e de Angola. Nós vamos desenvolver relações cada vez mais estreitas e mais sólidas entre os povos da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique, de

(Continua na página 6)

ariano, vítima de dupla agressão, continua a lutar pela sua libertação

em que o povo sahariano se preparava para colher os frutos dos duros sacrifícios consentidos para a conquista da sua dignidade e do seu direito de existir, a potência colonial, contra todas as previsões, tomou sobre ela a grave responsabilidade de proceder à transferência de soberania em proveito de dois estados limítrofes ao Sahara Ocidental nos termos do acordo tripartido hispano-marroco-mauritaniano assinado em Madrid a 14 de Novembro de 1975.

A partir daí, o território nacional e o povo sahariano são objectos de uma dupla agressão da parte da monarquia alonita e do regime mauritaniano.

Os exércitos de agressão e de repressão destes dois países ocupam as cidades de certas regiões do território sahariano, encarnizando-se sobre as populações civis, que tentam submeter a ferro e fogo, e praticando uma política de repressão colonial a todos os títulos idêntica à suportada pelos povos que foram subjugados pelo colonialismo europeu.

Ao mesmo tempo, a administração marroco-maurita-

niano dedica-se a espoliar o povo sahariano das riquezas do seu solo e sub-solo.

Estas práticas fazem lembrar, pela sua gravidade e agressividade, a do colonialismo europeu nas horas pouco gloriosas da sua presença em terras de África.

A situação criada pelos expansionistas de Rabat e de Noukachott, introduz um factor de grave tensão na região Atlântico-Mediterrânica e constitui uma ameaça para a paz e segurança internacional.

O povo sahariano é portanto objecto de uma agressão caracterizada, porque ou sou fazer valer os seus direitos à autodeterminação e à independência, como todos os outros países do Mundo, de conformidade com a Carta das Nações Unidas, as resoluções da OUA, da 4.ª Conferência dos Países Não-Alinhados, bem como das decisões de outras instâncias internacionais.

Esta violação e esta agressão foram em grande parte favorecidas e facilitadas pelo Acordo de Madrid concluído a 14 de Novembro de 1975 entre a Espanha, Marrocos e a Mauritânia, em detrimento do povo sahariano, única

parte interessada e que ignoraram deliberadamente nesse dia.

O povo sahariano, em risco de desaparecer, decidiu opôr-se a esta agressão por todos os meios à sua disposição, iniciando assim uma luta de libertação que lhe ditam a sua honra e o seu direito e que fizeram todos os povos oprimidos para ascender à sua independência. Sob a direcção da Frente POLISÁRIO, seu verdadeiro e único representante, reconhecido como tal por diferentes instâncias internacionais, a OUA em particular, o povo sahariano, pretende assim fazer gorar todas estas manobras e estes «complots» que consistem em desviar o curso normal do processo de descolonização para instaurar um novo colonialismo na região.

Para fazer face a esta nova e grave situação criada pelos expansionistas marroco-mauritanianos, com a cumplicidade da Espanha, que negou todos os seus compromissos internacionais, tanto em relação à comunidade internacional como em relação ao povo sahariano, este decidiu, sob a égide de Frente POLISÁRIO, por um lado in-

tensificar e levar até ao seu termo a sua luta de libertação, e usar por outro lado do seu direito à independência e à soberania que lhe foi universalmente reconhecido, ao proclamar a República Árabe Sahariana Democrática, dotada de um Conselho Nacional Provisório da Revolução e de um Governo. Fazendo isto, o povo sahariano pretende conduzir ele mesmo os seus próprios destinos e assumir todas as suas responsabilidades no seio da comunidade internacional que reconheceu já, e em diversas circunstâncias, a sua existência e o seu direito à independência.

Esta comunidade internacional que entendeu assim assumir as suas responsabilidades em relação ao povo sahariano como o fez em outras circunstâncias em relação a outros povos, deve prosseguir a sua obra admitindo no seu seio a República Árabe Sahariana Democrática, pelo reconhecimento deste jovem Estado por todos os seus membros.

A República Árabe Sahariana Democrática pretende trabalhar, no seio desta comunidade, para a paz, a justiça, a realização dos ideais

e princípios enunciados na Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e para o reforço da cooperação internacional.

É por isso que, a República Árabe Sahariana Democrática conta com o vosso engajamento nestes ideais, a vossa compreensão a vossa contribuição a favor do seu conhecimento, a fim de lhe permitir assumir plenamente as suas responsabilidades e de se inserir rapidamente no seio da comunidade internacional.

Corajosamente engajado na luta para a sua liberdade, independência, soberania e integridade do seu território o povo sahariano está resolvido a prosseguir com determinação o seu combate libertador ao qual acaba de dar uma nova dimensão ao proclamar a RASD e constituindo o seu Primeiro Governo.

Estado Africano, a RASD faz naturalmente parte da grande família africana, aderindo a todos os princípios da carta da OUA e pretendendo trabalhar para a realização dos objectivos que esta Organização se propõe atingir».

Futebol

O Ajuda venceu os Balantas

Terminou no passado fim-de-semana a primeira jornada da segunda volta do Campeonato Nacional de Futebol. Foram apurados os seguintes resultados:

Ajuda, 3. Balantas, 0
Ténis Clube, 1. UDIB, 2
Benfica, 2. Gabú, 1
Sporting, 3. Tombali, 0
Bafatá, 3. Farim, 2
Bissorã, 1. Cantchungo, 2

O jogo Bolama-Bula não chegou a realizar-se, uma vez que a turma de Bula não conseguiu embarcar para Bolama.

A classificação actual é a seguinte:

	J.	V.	E.	D.	M.	S.	P.
Sporting..	14	10	3	1	25	9	23
UDIB	14	11	1	2	44	15	23
Benfica ...	14	9	4	1	27	7	22
Ténis	14	6	5	3	23	19	17
Bafatá ...	14	7	3	4	25	20	17
Balantas .	14	6	3	5	22	21	15
Ajuda ...	14	5	4	5	21	19	14
Bula	13	5	1	7	21	24	12
Cantchun.	14	4	3	7	19	26	11
Farim ...	13	4	2	7	19	22	10
Gabú ...	14	4	1	9	14	25	9
Tombali .	12	3	2	7	15	27	8
Bolama ..	13	3	0	10	22	38	6
Bissorã ...	13	1	1	10	11	31	3

DOS LEITORES

Para quando a abertura da Biblioteca de Bissau?

Bissau precisa de uma biblioteca e não há maneira de a ter. O nosso leitor António da Silva está «com a boca aberta» perante o atraso na abertura da biblioteca da cidade e pede às autoridades competentes que lhe expliquem o motivo. Aqui fica a sua carta:

«Já há uns tempos atrás, lembro-me de ter lido qualquer coisa no nosso jornal alusiva à Biblioteca Nacional. A partir de então, nunca mais ouvi falar no assunto. Em Julho do ano passado passei por lá, e tive oportunidade de contactar com o camarada director e demais funcionários, verificando a boa vontade com que estes faziam desenrolar a montagem da sala de leitura, que já estava quase no fim. Tive ainda a confirmação, da parte do responsável, de que no dia 4 de Agosto do mesmo ano seria a mesma inaugurada, embora sem grandes condições. Dado que o Departamento da Biblioteca é o único órgão cultural local ao alcance de todos, exceptuando a do Liceu, a que infelizmente não tem acesso o público em geral, pergunto por que é que a Biblioteca não funciona até à presente data e gostaria que as entidades competentes dessem a resposta. Tenho a plena certeza de que há ainda por detrás muitos curiosos, também leitores, com a boca aberta».

PEDIDO DE EMPREGO

«Sou Português, tenho 34 anos, encontro-me há 12 anos na Alemanha, emigrado. Falo quatro línguas — Alemão, Francês, Italiano e Espanhol. Tenho como profissão o comércio e prática de 10 anos de pintor de construção civil. Tirei o curso de electricista de máquinas por correspondência e o de viajante, na Alemanha. Em virtude de na Alemanha haver crise de trabalho e não quererem mais estrangeiros no País, e como não gostava de regressar a Portugal, teria imenso gosto em encontrar colocação na nova nação Guiné-Bissau».

Silvio Cardoso, 6750 Kaiserslautern, Luisenstr. 2 — República Federal Alemã.

MISSA DOMINICAL

«Cá me encontro de novo a escrever para o jornal «NÔ PINTCHA», a fim de agradecer aos camaradas da Rádio, em nome de todos os católicos residentes na nossa terra, pela transmissão da missa dominical».

Mobilização das populações de Mansabá/Olossato

Esteve em Mansabá na manhã do passado sábado, vindo de Farim, o camarada Papai Mendonça, secretário-geral para a Organização do Partido na Região de Oio.

Seguiu depois para a povoação de Mambonco, acompanhado pelos camaradas Sana Djata, presidente do Comité de Estado do sector de Mansabá/Olossato, Fernando Sanca, responsável da Segurança, e Albertinho Sanhá, responsável pela Educação e Cultura do mesmo sector.

Em Mambonco, presidiram a uma reunião de esclarecimento, onde foram debatidos os seguintes assuntos: intensificação do trabalho político e organização das massas populares; ida das crianças para a escola; saúde e assuntos sociais; reconstrução nacional; pagamento da quota do Partido; higiene nas tabancas; segurança; mudança de nome dos alunos; organização da juventude; e controlo sobre a venda de artigos.

RECENSEAMENTO

Entretanto, o adjunto do presidente do Comité de Estado do sector de Mansabá/Olossato, camarada José Feio, deslocou-se na passada sexta-feira às povoações

de Cambedjo, Dandu, Bercó e Nandia, a fim de proceder ao recenseamento das populações.

Presidiu às reuniões com as populações, tendo sido debatido o papel que cabe a cada cidadão nesta fase da reconstrução nacional, quanto ao pagamento do imposto de reconstrução nacional e quota do Partido.

O camarada José Feio era acompanhado pelos camaradas Arlindo Pires e Joaquim Pagés, responsáveis pelos Assuntos Administrativos do sector de Mansabá e da secção de Olossato, respectivamente.

REGIÃO DE OIO

Dois incêndios num só dia

Registou-se na passada quinta-feira em Bissorã, no Bairro de Joaquim Incómo, um violento incêndio, provocado por uma faúlha, originária da forja de um ferreiro que trabalhava na varanda.

O fogo alastrou rapidamente, destruindo três casas, cujas famílias ficaram, não apenas sem abrigo, mas também sem víveres, nem vestuário.

Para se inteirar dos prejuízos, e como prova de solidariedade com os atingidos pelo sinistro, deslocou-se ao local o camarada Wagna Tchuda, vice-presidente do Comité de Estado do sector de Bissorã, que prometeu tomar as providências necessárias no sentido de auxiliar as vítimas na reconstrução das suas habitações.

Felizmente, não se registaram desastres pessoais.

INCÊNDIO EM MANSOA

Exactamente no mesmo dia, outro incêndio se viria a registar na região de Oio, desta vez em Mansoa. O fogo ocorreu ao fim da tarde, na casa pertencente ao camarada Raimundo Lama, situada na povoação de Luanda, da área do sector de Mansoa.

Para impedir que o sinistro tomasse maiores proporções e se propagasse a outras habitações, a população vizinha acorreu a ajudar o proprietário da casa. Igualmente o camarada Quemo Mané, comandante das FARP da Região de Oio, compareceu no local, para ajudar a extinguir o incêndio.

Saliente-se que estes incêndios acorreram num dia em que inesperadamente, a chuva se fez sentir quase por todo o País. Isto é: as gotas de água que caíram, prenunciando um bom ano agrícola, não impediram que pequenas faíscas se transformassem em archotes capazes de destruir habitações. O que significa que, com o fogo, todo o cuidado é pouco, quer chova ou faça sol.

Atribuição de bolsas de estudo

(Continuação da pág. 2)

com o selo de 10 00 pesos, cada um;

8 — a) Se o candidato for funcionário deverá apresentar uma autorização de saída assinada pelo Comissário (ou delegado), e autenticada com o selo branco do serviço;

b) Se for estudante e/ou funcionário, deverá apresentar um documento do estabelecimento do ensino e do Departamento das Actividades Políticas e Extra-Escolares da sua actividade cívica;

9 — Documento do Tribunal garantindo que não possui nenhum processo pendente.

Chama-se a atenção contudo, para o facto de que:

a) A escolha do país ficará subordinado ao interesse do Estado.

— Haverá sanção para todo aquele que não aceitar esta cláusula;

b) Não será permitido a mudança de curso ao candidato,

Bula

Reunião de educação

O camarada Lino Gomes, responsável pela Educação no sector de Bula, presidiu no passado domingo a uma reunião de trabalho no Salão da Escola Primária «5 de Maio», com a presença dos directores das escolas do sector.

Foram prestados esclarecimentos sobre a necessidade de controlar as entradas e saídas do pessoal docente; conveniência de reuniões frequentes dos professores com os pais dos alunos para os informar sobre o seu aproveitamento; e colaboração recíproca entre directores, professores e pais de alunos.

Foi também apresentado um relatório das provas periódicas.

Agostinho Neto

(Continuação das páginas centrais)

S. Tomé e de Angola, para que a África seja cada vez mais progressiva, para que nós possamos resistir do ponto de vista político, económico, do ponto de vista social, a todos os embates do imperialismo. Camaradas responsáveis do PAIGC camaradas do Governo de Cabo Verde, camaradas das organizações de massas, camaradas das Forças Armadas, e camarada Presidente Aristides Pereira, nós agradecemos, a nossa delegação agradece esta recepção tão calorosa que os camaradas nos dispensaram.

A vitória é certa!

após o envio dos documentos para o respectivo país ou após a estadia do bolseiro no mesmo;

c) O prazo estabelecido para a entrega dos documentos será o mais tardar até 20 de Abril. Os referidos documentos deverão ser entregues na altura da inscrição do candidato, durante o período da manhã.

Pequenos Anúncios

ANÚNCIO DE CONCURSO INFORMAL

Com autorização do Camarada Comissário de Estado da Educação Nacional e Cultura, dada em despacho de 18/3/76, anuncia-se a abertura do concurso informal de provas práticas pelo prazo de 15 dias, contados a partir da publicação deste anúncio no jornal «NÔ PINTCHA», para o preenchimento de vagas de dactilógrafos (ou escriturários-dactilógrafos) existentes no Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura.

Ao presente concurso, poderão concorrer os candidatos que possuírem como habilitações mínimas a 4.ª classe do ensino primário.

O pedido de admissão ao concurso poderá ser feito em requerimento dirigido ao Camarada Comissário de Estado da Educação Nacional e Cultura, com a assinatura reconhecida por Notário, indicando o nome completo, idade, naturalidade, filiação, estado civil, morada e Bilhete de Identidade.

Os candidatos classificados e sujeitos a preencher as vagas existentes, entregarão os documentos necessários para as suas nomeações dentro do prazo que lhes for indicado.

O programa do concurso, consta da Portaria n.º 2234, publicado no Boletim Oficial n.º 23, de 9 de Junho de 1970.

AGRADECIMENTO

Jesuina Hamelberg Ben'Oliel, irmãs, nora, genros, filhos e primos, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, vêm por este meio agradecer penhoradamente a todas as pessoas que acompanharam à última morada do seu muito chorado pai, sogro, avô e tio Pedro Tavares de Andrade, bem como às que de qualquer forma lhes manifestaram o seu pesar.

U.D.I.B.

A UDIB, comunica aos sócios que o cinema foi cedido à Embaixada Soviética de 20 a 26 do corrente, e que os lugares cativos deixam de ser efeito durante o período citado.

VENDE-SE

«Carrinha Peugeot 404», em bom estado. Ver e tratar na Av. Domingos Ramos, n.º 36 ou com Fernando Cabral na casa Fernando Correia.

AGRADECIMENTO

Lectícia Aurigema de Sousa Graça, filhos, sobrinhos, genro e demais família, agradecem sentida e penhoradamente a todas as pessoas que, de qualquer forma, se dignaram acompanhar-lhes na sua profunda dor ocasionada pela morte do seu querido filho, irmão, primo cunhado e família, António Aurigema de Sousa Graça.

Oscar Monteiro pede apoio para Moçambique

ARGEL (AFP) — Oscar Monteiro, ministro moçambicano de Estado da Presidência, lançou no sábado, quando partia de Argel, um apelo «aos países amigos para ajudarem Moçambique a fazer face às dificuldades imediatas, permitindo-lhe criar uma base económica independente», após a decisão de aplicar as sanções económicas contra a Rodésia, de acordo com as decisões das Nações Unidas.

Oscar Monteiro, que terminou a visita oficial de uma semana a Argélia, enviou ao Presidente Houari Boumediene uma mensagem do Presidente Samora Machel, tendo falado em seguida sobre a agressão rodésiana.

O ministro moçambicano declarou que a aplicação das sanções contra a Rodésia era «um apoio efectivo à luta levada a cabo pelo povo do Zimbábue contra o regime de Ian Smith».

Graças a Sekou Touré

Reconciliação entre o Togo e o Benin

DAKAR (AFP) — O Togo e o Benin puseram termo ao diferendo que os opunha, e reconciliaram-se, no decorrer de uma entrevista organizada em Conakry por Seku Turé, presidente da República da Guiné, entre os chefes de estado togolés e benin, o general Eyadema e o tenente-coronel Kerekou, relata Rádio-Conakry, captada em Dakar.

O comunicado assinado pelos três chefes de Estado, no final da reunião, cujo início não tinha sido anunciado pela Rádio-Conakry, indica que os dois países decidiram reabrir as suas fronteiras, a partir de quinta-feira (25 de Março) e proibiram formal e definitivamente toda a actividade subversiva contra qualquer dos dois estados a partir do território nacional do outro.

Decidiram igualmente, segundo o comunicado, que haveria um encontro entre os Chefes de Estado benin e togolés, com vista a traduzir e a consolidar a reconciliação entre os dois países, instaurar contactos frequentes entre os Chefes de Estado e os Governos dos dois países, confirmar a validade dos acordos que ligam os dois países, e facilitar a sua aplicação.

Os Chefes de Estado togolés e benin, conclui o comunicado, alegam-se muito sinceramente pela iniciativa do Presidente Seku Turé, e endereçam-lhe os seus agradecimentos. O Chefe de Estado guineense tinha levado a cabo uma mediação do mesmo género entre o Mali e o Alto-Volta, e da qual tinha conseguido a reconciliação entre estes estados, em Julho último.

de Estado guineense, declarou que «não há nenhum contencioso entre o Benin e o Togo» que, acrescentou, «são irmãos, vizinhos e amigos». O Chefe de Estado benin fustigou, pelo seu lado, o imperialismo que «quis explorar o conflito para fins vergonhosos». Convidou, por fim, o Presidente Seku Turé a efectuar uma visita ao Benin.

Luta contra o racismo

ADDIS-ABEBA (TASS) — «O regime de «apartheid» é um crime contra a humanidade. Ele subsiste devido ao apoio activo de algumas potências ocidentais. São precisamente o capital ocidental, as relações comerciais e as armas provenientes do Ocidente que animam o «apartheid». São precisamente as potências ocidentais que recusam aplicar as sanções contra os regimes racistas, e são elas que impedem o isolamento do regime de Pretória».

Isto é o que vem libelado na declaração tornada pública, na sexta-feira, em Addis-Ababa, na sede da Organização da Unidade Africana, por ocasião do 21 de Março, Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial. Este dia dá uma nova impulsão à luta pela liberdade e a abolição definitiva do regime do «apartheid».

«O desmoronamento do império colonial português em África permitiu o nascimento de uma nova situação que favorece o movimento de libertação nacional», sublinha a declaração. «Nestas condições, o regime de Pretória tenta manobrar. Todavia o fundo político desumano do «apartheid» continua invariável».

«A OUA exprime o seu reconhecimento aos povos do mundo que apoiam a luta de libertação no sul de África».

«A Organização da Unidade Africana exorta todos os povos empenhados na obtenção da paz, para apoiarem o povo da África do Sul na sua luta pela independência, para reclamarem o termo imediato da ocupação da Namíbia, a libertação de todos os presos políticos na RSA, a aplicação das resoluções da ONU e da OUA sobre a ruptura total das relações diplomáticas, militares, económicas e outras como o regime de Pretória».

IRMÃOS, VIZINHOS E AMIGOS

A reconciliação entre o Togo e o Benin foi anunciada durante um «meeting» realizado no sábado em Conakry e transmitido pela rádio guineense, captada em Dakar.

No discurso que pronunciou por esta ocasião, o Chefe de Estado togolés, general Eyadema agradeceu calorosamente a Seku Turé, Presidente da República da Guiné, por ter tomado a iniciativa de resolver o conflito entre o seu país e o Benin. «Encontro-me hoje reconciliado definitivamente com o meu amigo Mathieu Kerekou», declarou o Chefe de Estado togolés, sob as ovações da multidão. Após ter exaltado a amizade e a fraternidade entre os povos benino e togolés «que estão condenados a viver juntos», o general Eyadema imputou o diferendo sobrevivendo entre os dois países ao imperialismo. Pronunciou-se a favor da comunidade económica dos Estados da África Ocidental.

Pela sua parte o tenente-coronel Mathieu Kerekou, Chefe de Estado benin, após ter exprimido o seu reconhecimento ao Chefe

com o consentimento dos Estados Unidos e com a sua caução.

Ao contrário do papel desempenhado pelos Estados Unidos em Angola, o apoio concedido ao povo angolano pela URSS, Cuba, e outros países socialistas, foi a seguir ao apelo lançado pela OUA, a favor de uma assistência aos movimentos de libertação nacional nas colónias portuguesas, declara o artigo,

Os Estados Unidos contra Angola

LAGOS (TASS) — O jornal nigeriano «West African Pilot» denunciou, na sexta-feira a política imperialista dos Estados Unidos em Angola. Para justificar esta política no seu discurso frente ao Congresso dos Estados Unidos, o Secretário de Estado viu-se obrigado a falsificar os factos, e até mesmo a mentir. Apesar das garantias de Kissinger, segundo as quais os Estados Unidos intervieram sempre, desde 1961, para a entrega da independência às colónias portuguesas em África, é do conhecimento público que o governo americano apoiou constantemente e ajudou militarmente o regime fascista português para impedir a libertação das suas colónias em África e, antes de todas, Angola, sublinha o artigo.

Mais tarde, os Estados Unidos ajudaram a FNLA, cujo chefe, Holden Roberto, foi durante muito tempo agente da CIA, depois a UNITA, cujo chefe, Jonas Savimbi, tinha cooperado com a polícia portuguesa (PIDE), nota o jornal. Depois de Angola ter ascendido à independência, os Estados Unidos encontram-se no mesmo campo que os inimigos jurados da jovem República. Não é segredo que as tropas sul-africanas penetraram em Angola

Álvaro Cunhal em Moçambique e Angola

LISBOA (AFP) — Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, partiu no sábado com destino a Luanda, chefiando uma delegação do seu partido. Esta delegação visitará em seguida Moçambique.

«Esta visita, declarou o Secretário-Geral do PC, entra no quadro das relações tradicionais de amizade e solidariedade fraternais, que unem o Partido Comunista à FRELIMO e ao MPLA».

A delegação do PC terá conversações com os dirigentes destes dois movimentos.

Malograram-se as conversações Nkomo-Smith

SALISBÚRIA (AFP) — O primeiro-ministro racista rodésiano, Ian Smith, e o dirigente da ANC, Joshua Nkomo, decidiram, depois de uma reunião de uma hora, abandonar as conversações constitucionais. Foi publicado a seguir a este encontro um comunicado comum: «Discutimos longamente, e trabalhamos bastante durante longos meses. Chegamos agora a um impasse e decidimos, por conseguinte, suspender as negociações». Cerca de dez minutos depois do começo da reunião, a delegação da ANC deixava a sala de conferência e reunia-se à parte. Um quarto de hora depois, regressou à sala e declarou que as conversações eram abandonadas e que Nkomo faria durante o dia uma declaração à imprensa. O Primeiro-Ministro e a sua delegação, deixaram a reunião sem fazer comentários.

Tito e Costa Gomes analisaram a situação em Angola e Moçambique

FARO (ANOP) — O Vale do Lobo, aldeamento turístico a poucos quilómetros de Faro, é o local de encontro do marechal Tito, presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia, com o general Costa Gomes, presidente da República portuguesa. O presidente jugoslavo, que regressa ao seu país depois de uma viagem que o levou ao México, Panamá e Venezuela, fez escala em Portugal, sem carácter de visita oficial.

A apreciação das grandes questões internacionais, especialmente na área sensível do Mediterrâneo, o contencioso entre Moçambique e a Rodésia, a situação angolana, foram os temas dos encontros das

representações jugoslava e portuguesa, segundo informou à Imprensa o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Melo Antunes.

Foi ainda frisado, pelo mesmo dirigente, o grande espírito de compreensão verificado nos grandes problemas, não obstante, no entanto, a que cada país tenha o seu ponto de vista. Melo Antunes lembrou, a seguir, as diferentes posições geo-políticas. A «não necessidade de medianeiros nas relações entre Portugal e Angola, que se desenvolvem de forma muito positiva», e a possibilidade de Portugal participar, como observador, na conferência dos «não alinhados», a realizar em Colombo no próximo

mês de Agosto, foram respostas do ministro dos Negócios Estrangeiros aos jornalistas.

Dentro deste contexto, inserem-se também as alocuções proferidas por Costa Gomes e Tito durante o jantar que o presidente português ofereceu ao seu homólogo jugoslavo, em que participaram cerca de cem convidados, entre os quais o Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo.

Assim, três pontos foram comumente frisados — as relações bilaterais, a descolonização e as decisões da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, que teve lugar em Helsínquia no Verão passado.

ARGEL (TASS) — Houari Boumediene, Presidente do Conselho da Revolução, entrevistou durante um «meeting» realizado na aldeia de Tiare. Ele realçou a grande importância da revolução agrícola actual para as largas massas de trabalhadores que, segundo ele, não obtiveram apenas terras e casas novas, mas que resolvem também numerosos problemas do desenvolvimento económico e cultural dos camponeses.

A liquidação dos monopólios estrangeiros, libertação dos camponeses dos impostos, a introdução da educação são as grandes realizações dos trabalhadores da Argélia independente.

FRANCO CFA NÃO ALTERA PARIDADE

DAKAR (AFP) — Os países africanos da União Monetária da África Ocidental não crêm dever modificar a posição do franco CFA em relação ao franco francês, indicou Babacar Ba, ministro senegalês das Finanças numa declaração à imprensa.

Se a depreciação da moeda francesa se acentua, acrescenta ele, existe, no quadro da reforma do Banco Central dos Estados de África Ocidental, um mecanismo que permite a estes Estados tomarem medidas conservadoras.

TUNISIA: 20 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

TUNIS (AFP) — A celebração do 20º aniversário da acessão da Tunísia à independência, em 20 de Março de 1956, atingiu no passado sábado, o seu ponto culminante com a recepção pelo Presidente Habib Bourguiba, no palácio de Cartago, de delegações de alguns oitenta países que se associaram a este aniversário festejado com um brilho particular em todo o país.

Entre os numerosos países representados nestas festividades, os Estados Unidos enviaram a personalidade mais alta, Nelson Rockefeller, Vice-presidente. As autoridades tunisianas ficaram extremamente sensibilizadas com este gesto do governo americano, que ilustra, sublinha-se, as boas relações existentes entre os dois países.

ESTADOS UNIDOS: FORA DA TAILÂNDIA!

BANGKOK (AFP) — Os Estados Unidos aceitaram começar a retirada imediata de «forças americanas na Tailândia, conforme o pedido do governo tailandês», anunciou no sábado passado a embaixada americana em Bangkok.

O Primeiro Ministro tailandês tinha exigido no sábado de manhã que as tropas americanas na Tailândia sejam retiradas em quatro meses e que os Estados Unidos ponham termo imediato a todas as suas operações de informação a partir do território tailandês.

LÍBANO: ALIANÇA PROGRESSIVA

BEIRUTE (AFP) — O Partido Socialista Progressista de Kamal Joublatt e os «Mourabitounes», a principal milícia da Frente Islamo-Progressista decidiram coordenar as suas acções militares.

A este propósito, declarou Joublatt no sábado passado, «sala de operações comum» foi criado. A sua competência estende-se à totalidade do território libanês.

Esta decisão foi tomada no fim de um encontro no sábado no início da tarde entre Joublatt, líder da esquerda libanesa, e Ibrahim Kuleilat, dirigente do «Movimento dos Nasserianos Independentes», de que «Os Mourabitounes» constituem o braço armado.

AGOSTINHO NETO AGRADECE A LUIZ CABRAL

No final da sua histórica visita à Guiné-Bissau, o camarada Presidente Agostinho Neto enviou um telegrama ao camarada Presidente Luiz Cabral salientando que «foram momentos ricos de experiência agradáveis os que passamos juntos no vosso país hoje libertado».

O dirigente angolano, depois de observar que são «inspiradoras as experiências criadoras que vemos desenvolverem-se na Guiné-Bissau», sublinha estar seguro que «no futuro continuar-se-ão a estreitar os laços de amizade e solidariedade militante entre os nossos povos e as suas vanguardas».

O Presidente Agostinho Neto exprime na sua mensagem, ao camarada Luiz Cabral e por seu intermédio, a sua esposa, aos membros do Conselho de Estado, ao Comité Executivo da Luta do P.A.I.G.C. «e a todo o povo irmão da Guiné-Bissau», em seu nome e da delegação que o acompanhou, «os mais sinceros agradecimentos pelo caloroso e fraternal acolhimento» reservado durante a sua visita ao nosso país.

O BRASIL ESTÁ INTERESSADO EM COOPERAR COM A GUINÉ-BISSAU

(Continuação da 1.ª pág.)

ções com a mesma língua, com mais de um século de independência, e com larga experiência do trabalho de construção e desenvolvimento, aquele camarada acrescentou que «Por isso, para nós, tem muita importância explorar essas possibilidades de cooperação que, aliás, as autoridades brasileiras põem com bastante franqueza e interesse, revelando-se portanto dispostas a auxiliar-nos nesta fase de construção».

Quanto ao carácter da missão que a nossa delegação vai efectuar, o camarada José Araújo afirmou que, apesar de já há bastante tempo as autoridades brasileiras terem manifestado esse desejo, as relações entre os dois países não se desenvolveram como é o desejo de todos, de maneira que, tratando-se da primeira missão, de uma missão exploratória, de procura de campos, de projectos e de formas de cooperação, «não temos limitações ao nosso trabalho, pois vamos estabelecer contactos em todos os domínios, muito embora haja certos domínios em que estamos particularmente interessados, no que respeita à cooperação com o Brasil. Aqui posso falar nomeadamente no domínio da educação, de formação de quadros em geral e também no domínio da agricultura e, particularmente, no da pecuária, pois o Brasil tem uma pecuária bastante desenvolvida, uma pecuária que obedece a

Prossegue em Bissau a Semana do Filme Soviético

Decorre no cine-Udib, em Bissau, a II Semana do Filme Soviético, inaugurado sábado à noite e que se prolonga até sexta-feira próxima.

A «Semana» abriu com o filme «Salud, Maria», uma bela e humana história, baseada em factos reais, que descreve acções passadas durante a guerra civil russa e, depois, durante a guerra civil em Espanha. Antecedendo a projecção do filme, com a casa de espetáculos completamente cheia, efectuou-se uma cerimónia de inauguração, com a presença do embaixador soviético, camarada Semenov, do Secretário-Geral do Comissariado de Estado da Educação e Cultura, camarada Domingos Brito, e de dois representantes do cinema soviético, o artista Eve Kive e Serguey Volkovoi, do Instituto de Histórias e Teoria de Cinema da U.R.S.S.

Usando da palavra, os camaradas embaixador soviético e Secretário-Geral da Educação referiram-se às relações de amizade e cooperação existentes, de longa data, en-

tre a Guiné-Bissau e a União Soviética, salientando a importância da iniciativa cultural que é esta II Semana de Cinema Soviético.

Saudando o público, a encantadora artista soviética Eve Kive felicitou o nosso povo pela heróica luta travada contra os colonialistas e disse que «a Guiné-Bissau é um país pequeno, mas falado em todo o mundo». Por seu turno, Serguey Volkovoy convidou os cineastas da nossa terra a participarem no próximo festival cinematográfico de Taschkent, pondo em relevo o carácter da arte soviética, ao serviço dos povos trabalhadores de todo o mundo, na luta

contra a exploração do homem pelo homem.

No domingo, foi exibida a comédia «Aventuras de Churik» e, ontem, o filme de guerra «Os Navios Explodem no Porto». A «Semana» continua esta noite, pelas 20.45 horas, com a projecção de «A Menina Procura o Pai» e, amanhã, com «A Sétima Bala». Os bilhetes encontram-se à venda nas bilheteiras do cine-Udib.

Segundo apurou a nossa reportagem, será organizada uma «Semana do Filme Soviético», nos próximos dias, em algumas cidades do interior do nosso país e, igualmente, em Cabo Verde.

A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA NÃO ACEITA EXIGÊNCIAS DA ÁFRICA DO SUL

LUANDA (AFP) — O Bureau Político do MPLA rejeitou no passado sábado numa declaração pública, da em Luanda a proposta do complexo hidro-eléctrico de Cunene toda a «condição ou garantia imposta pela África do Sul para retirar as suas tropas do território angolano».

«A República Popular de Angola, afirma nomeadamente a declaração, não tem de aceitar condições ou garantias impostas pela África do Sul para retirar as suas tropas de uma parte do território angolano que eles ocupam ilegalmente».

«O governo racista de Pretória tenta justificar a intervenção de tropas regulares sul-africanas em Angola pela necessidade de proteger o complexo hidro-eléctrico de Cunene».

«As autoridades de Pretória deformam cinicamente as declarações do nosso governo sobre a política de solidariedade com o povo namibiano. Assim, eles pedem como condição prévia para a sua retirada a garantia de que as instalações hidro-eléctricas de Cunene não serão destruídas e que a RPA não recusará a Namíbia a energia e a água que este país tem necessidade. A África do Sul, com a qual a RPA não tem fronteira, ocupa ilegalmente a Namíbia. Nós asseguramos que nada será feito que possa causar prejuízo ao desenvolvimento da Namíbia ou tornar ainda mais difícil as suas condições de vida sob a dominação racista sul-africana».

«As instalações do complexo hidro-eléctrico de Cunene, prossegue a declaração, cuja defesa está sob a única e inteira responsabilidade da RPA, continuarão a funcionar normalmente em benefício deste povo irmão, com os representantes legais dos quais nós estabeleceremos oportunamente os acordos que serão necessários».

«O contencioso com a África do Sul, precisa ainda o Bureau Político, relativo à revisão dos acordos assinados com o governo português em 21 de Janeiro de 1969 sobre a utilização da barragem de Cunene, será evidentemente objecto de estudo, desde que o governo de Pretória aplique as decisões determinadas pelas instâncias internacionais e regionais, retirando-se sem nenhuma condição do território da RPA, cessando a ocupação ilegal da Namíbia e permitindo ao seu povo dispôr livremente do seu futuro».

«As FAPLA lutarão até à expulsão do nosso território do último soldado sul-africano sem nenhuma forma de discussão ou acordo».

Esta declaração do Bureau Político do MPLA constitui de facto

uma resposta às «exigências sul-africanas» para se retirar da última parte do território angolano onde, segundo as indicações colhidas em Luanda, entre 2000 e 3000 soldados sul-africanos se encontram ainda, na região da barragem de Cunene na fronteira angolana-namibiana.

ANGOLA: DESMENTIDA
A NACIONALIZAÇÃO
DA «GULF.OIL»

LUANDA (APS) — O ministro da Informação da República Popular de Angola publicou uma declaração onde desmente a nacionalização da companhia americana «Gulf-Oil».

Um jornal de Luanda, o «Jornal de Angola», precisa a declaração do ministério da Informação, tinha publicado um comunicado do ministério das Obras Públicas da RPA anunciando que os edifícios e o seu equipamento, dos quais a administração da «Gulf-Oil», em Londres, tinha manifestado a intenção de se desfazer, passaram para o controle do Estado, para evitar a especulação que poderia produzir-se devido à venda, no futuro, dos seus bens.

NOVO GOVERNO NO EGÍPTO

CAIRO (TASS) — Foi formada na República Árabe do Egipto, por decreto presidencial, uma nova equipa governamental. Mamdouh Salem ficou na presidência, terá quatro adjuntos. Ismail Fahmi, cumprirá, como no passado, as funções de adjunto do Primeiro-Ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdel Ghani Al-Gamassi, adjunto do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa. Foram instituídos quatro novos postos ministeriais, outros foram suprimidos.

LONDRES (TASS) — Num despacho enviado do Cairo, o correspondente do «Daily Telegraph» escreve a respeito da formação do novo governo egípcio: «As novas nomeações e a fusão de alguns postos não serão susceptíveis de exercer uma influência real sobre a eliminação das dificuldades crónicas que atravessa o Egipto. Elas são conhecidas, essencialmente, como uma medida cosmética».

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

TRAIDORES NIGERINOS
VÃO SER JULGADOS

NIAMEY (AFP) — Os autores da tentativa de golpe de estado de 15 de Março no Níger serão julgados por um tribunal militar, declarou no domingo último em Niamey o Chefe de Estado nigerino, tenente-coronel Seyni Kountche.

Durante uma conversa com a Imprensa, o Presidente Kountche afirmou que as provas já reunidas contra os principais envolvidos são tais que eles serão provavelmente condenados à pena de morte.

MINISTRO SUL-ÁFRICANO
EM ABIDJAN

CIDADE DO CABO (AFP) — O ministro sul-africano da Informação e do Interior D. Connie Mulder encontra-se actualmente em Abidjan, onde é hóspede do Governo da Costa do Marfim, do Presidente Félix Houphouët-Boigny, anuncia-se oficialmente na Cidade do Cabo.

Connie Mulder está acompanhado do seu Secretário da Informação, Eschel Rhodie, um alto funcionário itinerante frequentemente designado o «embaixador do desanuviamento» devido às suas frequentes viagens desde 1974 a alguns países da África negra.

CONVERSÇÕES
CALLAGHAN - GROMYKO

LONDRES (TASS) — Começaram em Londres as conversações entre Andrei Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros que chegou a Londres para uma visita oficial, e James Callaghan ministro britânico dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Sociais da Commonwealth.

As conversações, que se desenrolam numa atmosfera construtiva e amigável, deram lugar a uma troca de pontos de vista sobre os problemas do desenvolvimento das relações soviético-britânicas. O chefe dos Negócios Estrangeiros britânico ofereceu uma recepção por ocasião da estadia na Grã-Bretanha de Andrei Gromyko. A recepção decorreu num clima de amizade e de cordialidade.

PROPOSTA BRITÂNICA
SOBRE A RODÉSIA

LONDRES (AFP) — O Governo britânico declarou-se pronto a desempenhar um papel directo na resolução do problema rodésiano, se as partes no conflito aceitassem um plano de duas etapas, baseado no princípio de um regime de maioria negra.

Numa declaração feita frente à Câmara dos Comuns, James Callaghan, ministro dos Negócios Estrangeiros, anunciou que a Grã-Bretanha poderá, eventualmente, pedir o levantamento das sanções económicas impostas à Rodésia pelas Nações Unidas, se os dirigentes deste país reconhecessem o princípio de um regime de maioria.